



REQUERIMENTO N. 143/2025

O vereador que subscreve este requerimento solicita, na forma regimental e depois de ouvido o Plenário, **a alteração no Regime de Tramitação para Urgência Especial do Projeto de Lei Ordinária n. 76/2025**, com observância ao art. 123, parágrafo 3º, inciso VII, art. 145, parágrafo 2º, e ao art. 148, conforme segue:

Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá

Art. 123. **Requerimento** é todo pedido verbal ou **escrito de Vereador** ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara, **ou por seu intermédio**, sobre assunto do expediente ou da **ordem do dia** ou de interesse pessoal do Vereador.

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que versem sobre:

[...]

VII – Inclusão de Proposição em Regime de Urgência;

Art. 145. Os Requerimentos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 123 serão apresentados em qualquer fase da Reunião e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua inclusão no expediente ou na ordem do dia.

[...]

§ 2º Se tiver havido Solicitação de Urgência Simples para o Requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na Reunião em que for apresentada e, se for aprovada, o Requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida.

Art. 148. A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de Proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

§ 1º O Plenário somente concederá a Urgência Especial quando a Proposição, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º Concedida a Urgência Especial para Projeto ainda sem Parecer, será feito o levantamento da Reunião, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o Projeto será colocado na ordem do dia da própria Reunião. (grifo nosso)

Justificativa:

O Projeto de Lei Ordinária n. 76/2025 institui o Programa de Fomento Agropecuário e Rural Sustentável, o Itapoá Rural, que dispõe sobre a adequação e promove o desenvolvimento econômico, social e ambiental das atividades agropecuárias e rurais em Itapoá, valoriza a atividade rural, melhora a produtividade rural, a qualidade de vida ao homem do campo, aumenta a renda das famílias, e incentiva a permanência do homem no campo e a valorização de sua propriedade. Da mesma forma, apoia as entidades sociais rurais, o empreendedorismo, o turismo rural contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a diversificação da oferta de produtos e serviços. Promove a educação, a capacitação e a profissionalização de jovens e adultos no meio rural com novas tecnologias e outras técnicas de produção, conforme previsto no próprio projeto. Assim, a apreciação da matéria de forma rápida e eficaz é indispensável para garantir a efetividade da medida, evitando a perda da oportunidade de sua execução, assegurando o adequado



reconhecimento ao homem do campo e às famílias que vivem das atividades rurais. Desse modo, pede-se a aprovação deste Requerimento aos vereadores membros desta Casa Legislativa, a fim de aprovar a alteração do regime de tramitação para urgência especial do Projeto de Lei Ordinária n. 76/2025, por meio da inclusão do presente requerimento, bem como da referida proposição supracitada, para inclusão e única votação na Ordem do Dia da presente reunião.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 19 de dezembro de 2025.

Márcio José Puglia de Melo – PSD

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), conforme o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Consulte a autenticidade e integridade do documento, acessando: <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>